

**Secretário Energia S/A****Balço patrimonial  
em 31 de dezembro de 2020 e de 2019**

(Em milhares de reais)

**ATIVO**

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	112	38
Contas a receber	4	470	189
Créditos diversos	5	71	157
Total do ativo circulante		<u>653</u>	<u>384</u>
Não circulante			
Imobilizado líquido	6	20.758	21.039
Total do ativo não circulante		<u>20.758</u>	<u>21.039</u>
Total do ativo		<u>21.411</u>	<u>21.423</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Secretário Energia S/A

### Balanco patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

#### PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	1.413	1.433
Fornecedores nacionais	7	201	316
Impostos a recolher	8	31	33
Outras obrigações		5	47
Total do passivo circulante		<b>1.650</b>	<b>1.829</b>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	6.851	8.136
Total do passivo não circulante		<b>6.851</b>	<b>8.136</b>
Patrimônio líquido			
Capital social	10.1	415	415
Reserva de retenção de lucros	10.2	531	11
Reserva legal	10.2	28	1
Adiantamento para futuro aumento de capital	10.3	11.936	11.031
Total do patrimônio líquido		<b>12.910</b>	<b>11.458</b>
Total do passivo e patrimônio líquido		<b>21.411</b>	<b>21.423</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Secretário Energia S/A

### Demonstração do resultado do exercício em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Receita líquida de vendas	11	2.726	2.173
<b>Custo da energia vendida</b>			
Energia comprada para revenda		(37)	-
Materiais		(24)	(52)
Serviços de terceiros		(595)	(497)
Encargos de uso da rede elétrica		(114)	(132)
Depreciação e amortização		(279)	-
Outros		(55)	(26)
		<b>(1.104)</b>	<b>(707)</b>
<b>Lucro operacional</b>		<b>1.622</b>	<b>1.466</b>
<b>Receitas/ (Despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		(49)	(78)
Depreciação e amortização		(2)	(1)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>1.571</b>	<b>1.387</b>
Resultado financeiro líquido	12	(952)	(1.162)
<b>Lucro antes das provisões tributárias</b>		<b>619</b>	<b>225</b>
Imposto de renda		(33)	(25)
Contribuição social		(39)	(27)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>547</b>	<b>173</b>
Quantidade de ações		488.254	488.254
Resultado por ação, em reais		1,1203	0,3543

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Secretário Energia S/A

### Demonstração dos resultados abrangentes em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro / Prejuízo líquido do exercício	547	173
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>547</b>	<b>173</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	Capital social		Reservas de lucros		Adiantamento p/ futuro aumento de capital	Prejuízos/Lucros acumulados	Total
	Subscrito	(-) A integralizar	Reservas de retenção de lucros	Reserva Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	488	(73)	-	-	10.324	(161)	10.578
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	707	-	707
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	173	173
Constituição da reserva legal	-	-	-	1	-	(1)	-
Transferência entre reservas	-	-	11	-	-	(11)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>488</b>	<b>(73)</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>11.031</b>	<b>-</b>	<b>11.458</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	905	-	905
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	547	547
Constituição da reserva legal	-	-	-	27	-	(27)	-
Transferência entre reservas	-	-	520	-	-	(520)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>488</b>	<b>(73)</b>	<b>531</b>	<b>28</b>	<b>11.936</b>	<b>-</b>	<b>12.910</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Secretário Energia S/A

### Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto em 31 de dezembro de 2020 e de 2019

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Ajustes para reconciliar o resultado as atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	547	173
Encargos de empréstimos e financiamentos	128	148
Depreciação e amortização	281	2
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento)/ Redução de contas a receber	(281)	(153)
(Aumento)/ Redução de créditos diversos	86	(125)
Aumento/ (Redução) de fornecedores	(115)	179
Aumento/ (Redução) em impostos a recolher	(2)	18
Aumento/ (Redução) em outras contas a pagar	(42)	42
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<u>602</u>	<u>284</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisição de imobilizado	-	(14)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<u>-</u>	<u>(14)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	905	707
Captação de empréstimos e financiamentos	-	387
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros e principal)	(1.433)	(1.406)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<u>(528)</u>	<u>(312)</u>
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>74</u>	<u>(42)</u>
Caixa no início do exercício	38	80
Caixa no final do exercício	112	38
<b>Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>74</u>	<u>(42)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1. Contexto operacional

A Secretário Energia S.A., (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, localizada na Rua Peru, nº 75, Sala 31, Sion, e foi constituída em 26 de janeiro de 2015 e seu prazo é indeterminado.

A Companhia tem como atividades a geração e comercialização de energia elétrica, operando sob exploração do potencial hidrelétrico do Rio Fagundes (Estado do Rio de Janeiro) através de regime de autorização concedido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL através da Portaria nº 531, datada do dia 23 de novembro de 2015. A respectiva autorização vigorará pelo prazo de 35 anos.

Conforme previsto, os reparos dos 3 conjuntos turbina-gerador foram realizados e finalizados em 2020, entrando em sua operação plena em junho de 2020.

Ao final do prazo da referida autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

### 1.1. Impactos Covid 19

No trimestre findo em 31/03/2020, especificamente a partir do mês de março/2020 foram sentidos os primeiros impactos da pandemia da COVID19, mantendo-se em escala crescente no 2º trimestre, haja vista a restrição quanto a circulação de pessoas e ao fechamento de estabelecimentos comerciais e de outras atividades correlatas.

Colocando a saúde e bem-estar de seus funcionários em primeiro lugar, a Companhia adotou todas as medidas possíveis de saúde e boas práticas de higiene recomendadas pelas autoridades de saúde locais, como o distanciamento social incentivada por meio da implementação do trabalho remoto nesse período.

Portanto, mesmo considerando o cenário de incertezas quanto à erradicação do surto pandêmico para a retomada normal das atividades e seu impacto negativo na economia do país, a administração avaliou os efeitos subsequentes às demonstrações financeiras do exercício findo em 31/12/2020, inclusive nas suas projeções de resultado e geração de caixa, aplicando a sua melhor estimativa, e concluiu que não há necessidade de contabilização de provisão para perdas adicionais. A Companhia seguirá monitorando a situação da pandemia para manter atualizadas as suas projeções de geração de resultados e correspondentes análises de eventuais efeitos nas suas informações financeiras.

## 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela diretoria em 30 de abril de 2021.

### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), vigentes até 31 de dezembro de 2020.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem prazos de depreciação do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, provisões necessárias para demandas judiciais, determinação de provisões para tributos e outras similares.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores significativamente divergentes dos registrados nas informações contábeis devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Administração monitora e revisa periódica e tempestivamente estas estimativas e suas premissas.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas usando-se o custo histórico como base de valor e, quando aplicável, ajustado ao valor justo da transação.

### 2.2. Moeda funcional das demonstrações financeiras

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de "Reais", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

### 2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem depósitos bancários à vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante

conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

#### **2.4. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, em que estes custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio do patrimônio líquido; e (iii) ativo e passivo financeiro avaliado ao custo amortizado.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção do IFRS 9-CPC48 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

#### **2.5. Contas a receber**

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber.

#### **2.6. Imobilizado**

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração. A depreciação de ativos é calculada com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitados ao prazo da concessão para atendimento as normas regulatórias.

A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando forem prováveis que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

## **2.7. Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “Impairment”)**

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

## **2.8. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo ou financiamento de tal forma que na data de vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os custos de financiamentos diretamente relacionados a construção da PCH, durante a fase de construção, são capitalizados como parte do custo do ativo correspondente. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa financeira no período em que são incorridos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

## **2.9. Provisões diversas**

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

## **2.10. Ativos e passivos contingentes**

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos

contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

A provisão para demandas judiciais, especificamente, está relacionada às questões trabalhistas, fiscais e cíveis, e está registrada de acordo com a avaliação de riscos (Perdas prováveis) efetuada pelos consultores jurídicos da Administração da Companhia, inclusive quanto à sua classificação no Passivo não circulante.

## **2.11. Reconhecimento da receita**

### **Venda de energia**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita de vendas é apresentada líquida dos impostos incidentes, dos cancelamentos, dos abatimentos e dos descontos concedidos.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção do IFRS 15-CPC47 e concluiu que não há mudança de política contábil pela adoção da norma.

O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

### **Receita financeira**

As receitas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva, registradas contabilmente em regime de competência e são representadas principalmente por rendimentos sobre aplicações financeiras, juros e descontos obtidos.

## **2.12. Imposto de renda e contribuição social corrente**

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e contribuição social corrente. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente ao limite de R\$ 240 por ano, e contribuição social calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O lucro tributável é calculado como uma porcentagem da receita bruta, independentemente da quantidade e natureza dos custos e despesas, pelo método conhecido como "lucro presumido". Por causa dos mecanismos de tal método, todas as diferenças temporárias são consideradas diferenças permanentes.

### 2.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações de fluxos de caixa refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando o método indireto. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações operacionais da Sociedade e outras atividades que não são de investimento e de financiamento.
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos.
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos.

### 2.14. Novos pronunciamentos técnicos adotados

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas alterações e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor no exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020. O impacto da adoção de novas normas e interpretações, bem como as novas políticas contábeis são divulgadas a seguir.

#### Alterações a referências à estrutura conceitual básica (várias normas)

A Companhia aplicou pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

#### Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

#### Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de "material", estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

#### Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) não trouxeram alterações significativas na demonstração financeira correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### 2.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e serão implementadas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2): Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 25: Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

Alterações no CPC 27: Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	3	2
Bancos	2	9
Aplicações financeiras	107	27
<b>Total</b>	<b>112</b>	<b>38</b>

### 4. Contas a receber

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Clientes a receber	130	-
Vendas de energia a faturar	233	189
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	107	-
<b>Total</b>	<b>470</b>	<b>189</b>

## 5. Créditos diversos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamentos a Fornecedores	32	113
Despesas com seguros a apropriar	27	35
Impostos a recuperar	12	9
<b>Total</b>	<b>71</b>	<b>157</b>

## 6. Imobilizado líquido

Descrição	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido 31/12/2020	Imobilizado líquido 31/12/2019
Terrenos	-	415	-	415	403
Reservatório, barragens e adutoras	2 a 3,13%	8.983	(119)	8.864	319
Edificações, obras civis e benfeitorias	2 a 3,33%	5.964	(69)	5.895	-
Máquinas e equipamentos	2,5 a 3,57%	5.150	(82)	5.068	16
Móveis e utensílios	10	-	-	-	11
Gastos a ratear	-	-	-	-	19.883
Sistema de transmissão de conexão	-	525	(9)	516	407
		<b>21.037</b>	<b>(279)</b>	<b>20.758</b>	<b>21.039</b>

### 6.1. Movimentação do imobilizado:

Em serviço	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Depreciação	Baixas / Transferências	Saldo em 31 de dezembro de 2020
Terrenos	-	-	415	415
Reservatório, barragens e adutoras	-	(119)	8.983	8.864
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	(69)	5.964	5.895
Máquinas e equipamentos	-	(82)	5.150	5.068
Sistema de transmissão de conexão	-	(9)	525	516
	-	<b>(279)</b>	<b>21.037</b>	<b>20.758</b>
Em curso				
Terrenos	403	-	(403)	-
Reservatório, barragens e adutoras	319	-	(319)	-
Máquinas e equipamentos	16	(1)	(15)	-
Móveis e utensílios	11	(1)	(10)	-
Gastos a ratear	19.883	-	(19.883)	-
Sistema de transmissão de conexão	407	-	(407)	-
	<b>21.039</b>	<b>(2)</b>	<b>(21.037)</b>	<b>-</b>

Conforme previsto, o final de implantação e operação plena da PCH Secretário ocorreram em junho de 2020, sendo considerado como base para transferências de saldo para imobilizado em serviço. Através de laudo técnico elaborado com data base 31.12.2020, onde foram realizados levantamentos para composição dos ativos e para determinação das vidas úteis econômicas totais e remanescentes, tudo de acordo e seguindo recomendações de resoluções e manuais expedidos pela ANEEL.

Em relação as transferências, estas foram realizadas por alocação direta e, o saldo classificado com a rubrica "Gastos a ratear", foi rateado proporcionalmente aos custos diretos atribuídos a cada ativo.

## 7. Fornecedores nacionais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	201	307
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	9
<b>Totais</b>	<b>201</b>	<b>316</b>

## 8. Impostos a recolher

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ	10	7
CSLL	9	6
PIS a recolher	2	2
COFINS a recolher	7	12
INSS retido na fonte	1	3
Imposto sobre serviços retido na fonte	1	2
PIS/COFINS/CSLL retido na fonte	1	1
<b>Total</b>	<b>31</b>	<b>33</b>

## 9. Empréstimos e financiamentos

Em 2017, a Companhia firmou contratos de financiamentos mediante abertura de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, o qual efetuou a liberação conforme tabela abaixo:

Modalidade	Encargos	31/12/2020	31/12/2019
Finame	6% a.a.	8.264	9.569
		<b>8.264</b>	<b>9.569</b>
Circulante		1.413	1.433
Não circulante		6.851	8.136

A parcela do não circulante em 31 de dezembro de 2020 tem os seguintes vencimentos por ano:

Ano	Valor
2022	1.285
2023	1.285
2024	1.285
2025	1.284
2026	1.284
2027	428
<b>Total</b>	<b>6.851</b>

Para este contrato a Companhia possui cláusulas restritivas ("Covenants") normalmente aplicáveis a estes tipos de operações, relacionados ao atendimento de índices econômico-financeiras, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações.

## 10. Patrimônio líquido

### 10.1. Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 é de R\$ 488.254, dividido em 488.254 ações nominativas, sendo 415.016 ações ordinárias e 73.238 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Desse montante, R\$ 415.151 estão totalmente integralizadas e o restante deve ser integralizado pela Fagundes Energia e Participações Ltda., em bens, créditos ou moeda corrente nacional.

Acionistas	Ações Ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	% de participação
América Geração S.A.	415.016	-	415.016	85
Fagundes Energia e Participações S.A.	-	73.238	73.238	15
<b>Total</b>	<b>415.016</b>	<b>73.238</b>	<b>488.254</b>	<b>100</b>

## 10.2. Reservas de lucros

	31/12/2020	31/12/2019
Reserva legal	28	1
Reserva de retenção de lucros	531	11
<b>Totais</b>	<b>559</b>	<b>12</b>

### 10.2.1. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital social da Companhia.

### 10.2.2. Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída como uma destinação dos lucros do exercício.

## 10.3. Adiantamento para futuro aumento de capital

Refere-se a aportes realizados com intenção de equilíbrio de fluxo de caixa, que foram utilizados para os gastos em andamento da construção da usina.

Saldo de aportes efetuados pela acionista América Geração S.A., que serão convertidos em aumento de capital até 31 de dezembro de 2021.

## 10.4. Destinação do lucro líquido do exercício

### a) Destinação do lucro líquido do exercício

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro do exercício	547	173
Absorção Prejuízos acumulados	-	(161)
Reserva legal	(27)	(1)
Reserva de retenção de lucros	(520)	(11)
	-	-

## Composição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a distribuição dos resultados apurados em 31 de dezembro de cada ano, ocorrerá após a destinação de 5% para reserva legal, e o saldo

remanescente será todo distribuído aos acionistas, a título de dividendos, a menos que a Assembleia Geral, face ao planejamento aprovado para períodos futuros, determine que parte ou o total do saldo seja mantido, contabilmente, em conta de reserva de retenção de lucros. Os dividendos não serão obrigatoriamente distribuídos no exercício social em que os órgãos da administração informarem a Assembleia Geral Ordinária que tal distribuição seja incompatível com a situação financeira da Companhia.

### 11. Receita líquida de vendas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita Bruta de Vendas	2.845	2.267
Impostos sobre vendas	(119)	(94)
<b>Receita líquida</b>	<b>2.726</b>	<b>2.173</b>

### 12. Resultado financeiro

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Receitas</b>		
Rendimentos com aplicações financeiras	-	1
Descontos obtidos	1	3
	<b>1</b>	<b>4</b>
<b>Despesas</b>		
Juros sobre empréstimos	(949)	(1.151)
Tarifas bancárias	(4)	(12)
Outros	-	(3)
	<b>(953)</b>	<b>(1.166)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(952)</b>	<b>(1.162)</b>

### 13. Provisão para demandas judiciais


Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não era parte em processos judiciais ou administrativos, conforme informações dos assessores jurídicos.

### 14. Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não tinha qualquer operação envolvendo derivativos. Os instrumentos financeiros representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a pagar e estão registrados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos ou encargos incorridos, quando aplicável, aproximando-se dos respectivos valores de mercado.



\_\_\_\_\_  
**Andrew Frank Storfer**  
 Diretor  
 CPF: 010.515.298-67



\_\_\_\_\_  
**Dediel Ueda**  
 Contador  
 CRC- 1SP-272632/O-0